



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0002314-74.2017.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Aline Marques Santezi**
 Requerido: **JOÃO ANASTÁCIO e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DE C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter vendido uma motocicleta ao réu, o qual não a transferiu para o seu nome.

Alegou ainda que soube que o veículo teria sido vendido posteriormente ao corréu sem que nenhuma providência tivesse sido tomada para a sua regularização perante os órgãos de trânsito.

O réu em audiência reconheceu que comprou da autora a motocicleta trazida à colação, chegando a assumir a responsabilidade em quitar os débitos a ela concernentes.

Ressalvou, porém, que a teria vendido a terceira pessoa e que essa também o fez, agora ao corréu.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Já o corréu admitiu tais fatos, mas destacou que não teria condições para o pagamento das respectivas pendências.

Ao longo do feito, o réu demonstrou a satisfação de alguns débitos relativos à motocicleta, culminando por noticiar que conforme informação que recebeu de um despachante não seria necessária a confecção de documento a propósito da transferência da mesma.

O documento de fls. 03/04 atesta que a autora efetivamente vendeu ao réu a motocicleta indicada a fl. 01 em 27/12/2011, o que ele confirmou.

Positivou-se, ademais, que até a presente data o veículo permanece indevidamente em nome da autora.

Por outro lado, restou positivado que a motocicleta foi posteriormente vendida ao corréu, que conserva o seu domínio.

A conjugação desses elementos conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

Quanto à necessidade da transferência da motocicleta, é de rigor como forma de levar à correspondência entre os registros administrativos de trânsito e a realidade.

Tendo em vista que ficou claro que a motocicleta atualmente pertence ao corréu, a ele tocará as providências para a sua regularização e, na hipótese de inércia, a questão se resolverá com a expedição de alvará à CIRETRAN.

Quanto a eventuais débitos porventura em aberto, ficarão a cargo do réu.

Todo o desdobramento dos fatos ocorridos se deu por sua responsabilidade, pois se de pronto tivesse transferido a motocicleta nada do que aconteceu teria lugar.

Ele mesmo, aliás, ao manifestar o interesse em fazer esses pagamentos e implementá-los ao menos parcialmente corroborou sua responsabilidade sobre o assunto, registrando-se que nada de concreto foi amealhado sobre a possível venda do réu a terceira pessoa ou sobre a data em que o corréu adquiriu a motocicleta, tudo a fazer recair sobre ele (réu) as obrigações em comento.

Por oportuno, assinalo que tais obrigações ficarão limitadas até a data em que a transferência consumir-se ao corréu, já que a partir daí caberá a ele evidentemente a quitação dos débitos que se vencerem então.

Quanto à pontuação de multas imputadas à autora desde 27/12/2011, deverão ser anotadas no prontuário do réu, pelas razões já expendidas.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para:

(1) condenar o corréu **IRISVALDO DOS SANTOS** a no prazo máximo de cinco dias providenciar a transferência da motocicleta tratada nos autos para o seu nome, expedindo-se – se ele não o fizer – alvará à CIRETRAN para que tome as providências necessárias para a transferência do veículo a ele;

(2) condenar o réu **JOÃO ANASTÁCIO** a quitar as dívidas pendentes em relação à motocicleta tratada nos autos e que foram contraídas entre 27/12/2011 e a data em que se concluir a sua transferência ao corréu, assim agindo no prazo máximo de dez dias, sob pena de multa diária de R\$ 100,00 (cem reais), até o limite do valor total dessas dívidas;

(3) determinar a transferência da pontuação decorrente da imposição de multas lavradas em nome da autora a partir de 27/12/2011 para o prontuário do réu **JOÃO ANASTÁCIO**, oficiando-se ao DETRAN **prontamente**.

Independentemente do trânsito em julgado da presente, intime-se o corréu **IRISVALDO DOS SANTOS** pessoalmente para **imediato** cumprimento da obrigação imposta no item 1 supra (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Ressalvo desde já que em caso de descumprimento da obrigação imposta no item 2 supra, e sendo o limite da multa atingido, esta se transformará em indenização por perdas e danos sofridos pela autora, prosseguindo o feito como execução por quantia certa (**consigno que com o trânsito em julgado da presente deverá a Serventia diligenciar sobre a existência de dívidas em aberto para viabilizar a consequente intimação do réu JOÃO ANASTÁCIO a cumprir a obrigação imposta no item 2 supra**).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intímem-se.

São Carlos, 30 de outubro de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA